

Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha

Cláudia J. Maia*

Introdução

A reprodução social camponesa está baseada na combinação de estratégias, fortemente orientadas por regras de precedência hierárquica, que fazem distinções por sexo e idade, tais como a organização do trabalho familiar e a construção dos espaços de trabalho. O trabalho familiar é elemento central de uma lógica econômica própria da economia camponesa. Baseia-se numa divisão sexual de tarefas extremamente variadas, assim como variam a extensão da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres (Durham, 1983, p. 16) e o lugar ocupado por cada membro da família — pai, mãe, filhos. Vários estudos sobre o campesinato¹ apontam para uma oposição/complementaridade entre a unidade de produção — **roçado** — e a unidade de consumo — **casa** —, espaços culturalmente construídos como masculino ou feminino por excelência.

A unidade básica de reprodução social camponesa é o grupo doméstico, inserido numa parentela e vizinhança, sobre o qual pesam laços de solidariedade e ajuda mútua. Ele é entendido como um sistema de relações internas e externas, baseado num princípio de residência. O grupo doméstico compreende a família nuclear, mas pode agregar outros membros, como sobrinhos, tios, irmãos, mãe, pai, sogro e sogra. A intensidade do trabalho na unidade de produção tem como teto limite o número de trabalhadores diretos existentes na unidade de consumo. Segundo Fortes (s. d.), o grupo doméstico é como uma unidade que possui e mantém a **casa** e está organizado para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros. A **casa** é o foco de um processo de redistribuição, segundo regras de reciprocidade.

A reciprocidade do grupo doméstico é que possibilita acionar estratégias de reprodução social, baseadas num jogo de obrigações mútuas de seus membros no sentido de assegurar a reprodução **do e como** grupo. As relações internas do grupo doméstico são orientadas ainda por princípios de hierarquia e de gênero, que definem o processo de trabalho na unidade de produção e consumo e a ação de cada um de seus membros. Essa perspectiva de interpretação possibilita entender a combinação das diversas estratégias adotadas pelo grupo doméstico camponês, baseadas, principalmente, na ocupação, na concepção e nos usos específicos da terra.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo discutir, a partir de uma perspectiva de gênero, o trabalho familiar e a construção do processo e dos espaços de trabalho como estratégias de reprodução social camponesa no Médio Vale do Jequitinhonha, em dois momentos distintos: antes e depois da década de 70.

* Doutoranda em História pela UnB, Professora Adjunta do Departamento de História da Unimontes. E-mail: cmaia@uai.com.br

¹ O termo **campesinato** empregado neste estudo será entendido como uma “ordem moral”, um grupo social que tem a posse da terra e com a qual mantém laços de tradição e sentimento de pertencimento. A família será entendida como um valor cultural.

A partir da década de 70, com a expansão da economia de mercado no Vale do Jequitinhonha — através do processo de modernização da agricultura, do reflorestamento, da cafeicultura e da pecuária extensiva — associada às questões climáticas e ao constante enfraquecimento do solo, a região passou por profundas transformações, que obrigaram as famílias camponesas a se organizarem em novas estratégias de reprodução social. Essas estratégias traduziram-se na combinação da agricultura de subsistência, com trocas de mercado, através da migração sazonal dos homens, principalmente para o corte de cana no interior de São Paulo. As novas estratégias são possibilitadas por uma renegociação, no grupo doméstico, de tarefas nos espaços de produção/reprodução, entre os homens, que partem para prover os recursos monetários, e as mulheres, que permanecem para garantir a agricultura de subsistência, a manutenção de relações sociais e o retorno dos homens.²

A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades de Lagoa dos Patos, Córrego da Velha e Banco Setúbal do Município de Araçuaí — Médio Jequitinhonha —, no segundo semestre de 1999. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a história oral, que possibilitou, através da memória coletiva, reconstruir a organização social dessas unidades camponesas e a entrevista semi-estruturada.

O processo e o espaço de trabalho: uma construção de gênero

A propriedade camponesa é o lugar do trabalho e é, igualmente, resultado do processo de trabalho — uma construção simbólica, relativa à hierarquia familiar e à construção de gênero. Ela é um conjunto de espaços construídos e articulados entre si, que permite e possibilita a sua reprodução social (Woortmann; Woortmann, 1997). Há uma representação desses espaços culturalmente construídos, onde se dá o processo de trabalho, ligando-os, por excelência, a uma esfera de domínio masculino ou a uma esfera de domínio feminino.

Heredia *et al.* (1987), analisando o lugar das mulheres em unidades domésticas entre os camponeses do nordeste brasileiro, observa que a organização social camponesa obedece a um padrão de divisão sexual do trabalho bastante rígida e bipolarizada, entre o **roçado** — espaço da produção, público e, por isso, predominantemente masculino — e a **casa** — esfera do consumo, de domínio feminino. Além disso, observam os autores que

“(…) por serem as tarefas desenvolvidas no roçado as responsáveis pelo consumo familiar, as atividades nesse âmbito são reconhecidas como trabalho. Por oposição a elas, as atividades desempenhadas no âmbito que corresponde à casa não são consideradas como tal” (Heredia *et al.*, 1987, p. 30).

Entre os camponeses do Médio Jequitinhonha, tal classificação nunca pareceu tão rígida, pois a dinâmica social e as necessidades vivenciadas pelo grupo doméstico — insuficiência de força de trabalho, por exemplo — impõem, na prática, constantes redefinições do lugar ocupado por cada um nos espaços de trabalho, embora a classificação desses espaços permaneça em suas representações.

Nas comunidades estudadas, a divisão espacial da propriedade, que envolve formas de conhecimento desenvolvidos pelos camponeses a partir de usos específicos e de formas de ocupação da terra, é idealmente composta dos seguintes espaços: a **chapada**, o **tabuleiro**, a **vazante** e o **terreiro**. Idealmente, porque nem todas as unidades familiares possuem proporções suficientes para a construção desses espaços. As propriedades são, em geral, muito pequenas, ou abrigam mais de uma família nuclear. Dentre o universo de

² Os camponeses do Vale adotam várias estratégias de reprodução social baseadas em redes de reciprocidade e solidariedade, tais como a migração sazonal masculina, as trocas de mercado, a parceria, dentre outros. Neste trabalho, contudo, serão discutidos somente a organização do trabalho familiar e a construção dos espaços de trabalho. Sobre as várias estratégias de reprodução social adotadas pelos camponeses e as transformações ocorridas no Vale, consultar Maia (2000).

informantes desta pesquisa, os tamanhos das suas propriedades variavam de um a 26 hectares, sendo que a maioria vivia em terras dos pais ou dos sogros, ainda não partilhadas pelo processo de herança.³

As **chapadas** são grandes extensões de terra que ocupam a maior parte da propriedade camponesa. São constituídas por terras altas e pouco férteis, não retêm a água, principalmente porque as chuvas na região são torrenciais, “lavam a terra”, carregando todos os seus nutrientes, causando erosão. As **chapadas**, antes do processo de titulação de terras, principalmente a partir da década de 50 e de sua conversão em pastagens, eram espaços de uso comum da comunidade, regidos por códigos costumeiros. Sua apropriação era legitimada pelo uso ou pelo trabalho.⁴ Constituía-se em importante espaço para a reprodução social camponesa, pois complementava a agricultura de **mantimentos** realizada nos **tabuleiros**, que são as partes baixas da propriedade. Da **chapada** se retirava madeira, frutos, lenha, caça e ervas medicinais. Era também o espaço das “soltas” para criação do pouco gado e para expansão da lavoura, como se verifica nos depoimentos:

“Isso aqui era largo direto, até no Gravatá, criação ia lá pro Setuba. Tinha uma tia minha que morava ali, tinha umas égua lá prá baixo, ficava rodano, num tinha cerca, não, era largo, era uma matona (...) nesse tempo tinha bicho do mato. Abelha eu sei que tinha bastante, catingueiro, caititu, garça, lambu, zabelê. Tinha vez que até dois catingueiro por noite eu matava. Tinha vez que eu matava e dava pros outros tirar o coro. Já hoje nem aratuba tem mais” (Camponês de Lagoa dos Patos).

As **chapadas** eram terras livres; somente os locais onde se constituíam as roças eram cercados para evitar a entrada do gado, como demonstra o diálogo de duas camponesas de Lagoa dos Patos:

“(...) era largado, isso aí criava o gado aí, é aquele homem, esqueci o nome do fazendeiro que tinha aqui, criava gado tudo solto aí, nós também criava criação tudo solto aí, não tinha cerca. Não tinha manga, não tinha nada, só tinha mato (...). Daí prá cá o povo foi cercano terra, cercano terra, foi indo, cercou tudo, não tem nada largo mais (...). As terra era tudo em comum, todo mundo, as terra de todo mundo era em comum (...). Era tudo. Os vaqueiro aí na beira dessa lagoa, não tinha cercado nada aí (...). Às vez fazia uma roça, eles cercava ela ao redor assim, ó, os gado não tomava conta”.⁵

As **chapadas** apresentam características análogas à categoria **mato**, estudada por Ellen Woortmann (1983). Tal como o **mato**, a chapada constituía uma fonte de exploração de recursos renováveis, utilizados na medida das necessidades, como parte das práticas tradicionais de reprodução camponesa. Assim como o **mato**, ela é também a natureza não trabalhada, mas que dá origem à terra de trabalho. Contudo a **chapada** não é espaço privilegiado para a constituição das roças por serem terras menos férteis e exigirem maior trabalho. O processo é demorado e exige maior número de força de trabalho nas etapas da derrubada e queimada do mato e da limpeza da área. Somente a partir dessas etapas, a terra se tornava **terra de trabalho**, onde eram formadas as mangas (pastagens), os mandiocais, as roças de amendoim, algodão, às vezes milho

³ O acesso à terra entre esses camponeses se deu, preferencialmente, por herança, com poucos casos de posse ou compra.

⁴ A classificação dos espaços de produção/reprodução pelo campesinato do Alto Jequitinhonha foi estudada por Galizoni e Ribeiro (1999). Segundo os autores, “(...) os recursos oferecidos pelo ambiente são explorados coletivamente e objeto de rigorosa prescrição comunitária: as áreas comunais de ‘soltas’ do gado, extração de madeira, frutos silvestres e locais de caça não são usados aleatoriamente por todos; pelo contrário, a utilização desses recursos foi tema de cuidadosas e delicadas demandas e negociações” (Galizoni; Ribeiro, 1999, p. 18).

⁵ No Alto Jequitinhonha, a agricultura é desenvolvida nas grotas e complementada pela chapada, formando o complexo grotas-chapada estudado por diversos autores, como Silva (1996), Graziano e Graziano Neto (1983), Moura (1988), Galizoni e Ribeiro (1999), etc. A destruição da simbiose entre a chapada e a agricultura praticada nas grotas e tabuleiros, pelo processo de titulação das terras e conversão das chapadas em pastagens, constitui-se em um dos fatores condicionantes da migração sazonal no Vale.

e outros produtos que, por vezes, eram utilizados para as trocas mercantis nas feiras urbanas, principalmente na de Araçuaí, para prover os recursos monetários da unidade familiar.⁶

A **chapada** é o domínio da natureza desconhecida, perigosa, lugar do trabalho “pesado”, por isso era também o espaço masculino por excelência. As etapas iniciais da constituição das roças na **chapada** eram definidoras do gênero do processo de trabalho. A derrubada e a queimada do mato, etapas iniciais, eram consideradas as mais **pesadas** e mais importantes; nelas, mulheres não participavam. As mulheres só tomam parte na roça, após o trabalho do homem, replicando os espaços da produção e do consumo. “A chapada é diferente. A mulher trabalha só depois que o homem roça.” (Camponesa do Banco Setúbal).⁷

O processo de trabalho no espaço que será o roçado, segundo Woortmann, K. e Woortmann, E. (1997, p. 60), reproduz os espaços sociais do homem e da mulher: “(...) o que o homem faz está referido ao espaço da produção (...) o que a mulher faz está referido ao espaço da casa e do consumo”. Repete-se aí, segundo os autores, o movimento do roçado para a casa; primeiro, realiza-se o trabalho do homem no espaço da produção dos alimentos (roçado); depois, o trabalho da mulher no espaço da casa, no processamento e cozimento dos mesmos. Nas etapas seguintes, plantar e carpir, mulheres e homens realizam, praticamente, as mesmas tarefas.

Ainda segundo os autores, a construção dos espaços de gênero faz-se também pelo uso simbólico dos instrumentos de trabalho. “Tem que usar machado, derrubar uma mata. Depois da mata derrubada, aí as mulher entra.” (Camponês do Banco Setúbal). O machado, como demonstram os autores, para os sitiantes do Nordeste, é também um diferenciador de gênero e delimitador de hierarquia, pelo seu uso social. Dificilmente, mulheres utilizavam o machado no processo de trabalho. Quando isso ocorria, era para “cortar a lenha” a ser utilizada no fogão.

A oposição trabalho **pesado** e trabalho **maneiro**, associados, respectivamente, aos homens e às mulheres (Paulilo, 1989; Eigenheer, 1982), parece ser, nesse contexto, um dos critérios idealmente organizadores da distribuição de tarefas. Como afirma Eigenheer (1982, p. 149), “(...) quando um trabalho é classificado como maneiro, isso significa que ele pode ser feito facilmente por mulher ou criança, ao passo que o trabalho pesado exige grande esforço do qual só o homem seria capaz”. Na prática, contudo, esse critério, entre os camponeses estudados, não era tão rígido. A **precisão**⁸ encarrega-se de redefinir os limites do trabalho **pesado** e do trabalho **maneiro**: “(...) eu distoco, planto, até roçar se for preciso eu roço” (Camponesa do Córrego da Velha).

Se a **chapada** era o espaço por primazia dos homens, o **terreiro** (quintal) era o espaço das mulheres. É no **terreiro**, termo pelo qual se designa a área contígua à casa, onde se criam os animais de pequeno porte, galinhas, porcos, cocás⁹, perus, que servem para a **despesa** da casa e também para trocas mercantis. No **terreiro**, é onde se criam os bichos de estimação e se plantam as ervas medicinais. Também são comuns árvores frutíferas como mangueiras, laranjeiras, abacateiros, mamoeiros e limoeiros. O **terreiro**, como um dos espaços culturalmente construídos, articulado com os outros espaços, é de elevada importância na reprodução social dos camponeses. Segundo Suárez e Libardoni (1992), o **terreiro** constitui espaço altamente produtivo

⁶ O conceito de **terra de trabalho** relativo a uma ordem moral “(...) define a área onde o homem pode realizar trabalho honrado, produtor de riqueza legítima (em oposição ao **enriquecimento** ilegítimo do comércio (...)) é também a maneira de o homem e a terra se realizarem: a terra produzindo alimentos para o homem, e este investindo nela seu suor” (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 62-63).

⁷ São três momentos distintos de tratos na roça: roçar, destocar e carpir. **Roçar** significa o processo de derrubada da mata na chapada para constituição das lavouras. **Destocar** ocorre quando se vai preparar a roça para plantar, nesse caso já é uma roça constituída. **Carpir** é a limpeza da roça depois de plantada.

⁸ **Precisão**, nesse sentido, quase sempre está relacionada à ausência do marido para realização das tarefas tidas como masculinas. Isso, na fase atual da unidade camponesa, é válido também para os homens. **Precisão**, em outras circunstâncias, refere-se a necessidades de várias ordens.

⁹ Galinha d’angola.

e gerador de renda, sendo que nele as mulheres desenvolvem sua atividade produtiva exclusiva. A **criação**¹⁰, as frutas e as hortas — em alguns casos —, nesses espaços, garantem, em momentos economicamente críticos, a alimentação ou uma renda monetária mediante a comercialização dos respectivos produtos.

Além do fator produtivo, Pacheco (1997) ressaltava também a importância do **terreiro** para o enriquecimento da dieta alimentar e o tratamento de doenças, a partir do cultivo de plantas medicinais, e como campo de experimentação e aclimação de espécies para posterior utilização em outras escalas. É também no espaço do **terreiro** que se encontram o forno de barro, utilizado pelas mulheres para fazer as **quitandas** para o consumo interno; a “roda de fiar”, onde produzem fios de algodão utilizados na fabricação de roupas, ambos fundamentais para reprodução do grupo. Em algumas unidades, também era comum, no terreiro, o tear, o paiol e a tenda de farinha.

As terras de **tabuleiro**, por sua vez, são caracterizadas por terrenos frescos, úmidos e férteis que conservam melhor a água. Localizam-se, em geral, próximos aos rios, córregos e lagoas, mas, comumente, toda terra plana que retém água é considerada **tabuleiro**. São essas terras as mais propícias para o cultivo das roças de **mantimento**, onde são plantados feijão, arroz, milho, abóbora e batata doce, em geral para consumo interno.¹¹ É nos **tabuleiros** também que se constituem os bananais.

A **vazante**, por sua vez, são as terras que margeiam os rios, por isso, de pouco acesso. Nela, são plantadas, preferencialmente, as hortas, mas, de acordo com o tamanho, podem ser plantadas também cana-de-açúcar e banana. As roças de **vazante** só podem ser cultivadas no período das secas, quando as águas dos rios baixam, ficando no leito terras úmidas e férteis propícias para as hortaliças e em local de fácil irrigação.¹²

O **tabuleiro** era comumente associado ao espaço masculino, pois era o espaço da produção por excelência. A **vazante**, em função das hortas, era um espaço misto, onde se realizava trabalho de mulheres (hortas) e de homens (outras plantações). Na prática, esses espaços não obedeciam a uma divisão sexual rígida, pois as mulheres participavam de quase todas as atividades do processo de trabalho: plantar, carpir, colher, embora não fosse em tempo integral para mulheres que, no momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, não contavam com outros membros adultos — irmãs, cunhadas, noras, sobrinhas, por exemplo — ou filhos maiores que pudessem se responsabilizar pelas refeições. Essa situação poderia variar quando, pelo contrário, havia no grupo doméstico filhos(as) maiores aptos ao preparo das refeições; nesse caso, as mulheres tornavam-se força de trabalho plena nas terras de **tabuleiro**.

“Eu fazia de tudo, agora que eu não tou trabalhando mais; tou com problema de coluna. Eu, até limpar aterro de foice eu já limpei. Levano menino pro mato. Prá trabalhar. De tudo eu faço. Capinava, plantava, aí os menino pegou cresceno (...) deixava uma menina dentro de casa, naquele tempo, né? Aí deixa elas, que elas é três menina mulher. Aí deixava uma delas, fazia comida. Eu

¹⁰ **Criação** são as aves e animais criados no **terreiro**. Em alguns contextos, também se refere ao gado e a outros animais criados pelos camponeses.

¹¹ Por serem pequenas as propriedades, o sistema de rotação de terras é muito raro entre os camponeses, principalmente nesta fase atual das unidades produtivas. As roças na chapada são as únicas que são colocadas em pousio por serem menos férteis e não suportarem plantações consecutivas. Os **tabuleiros** onde produzem os mantimentos são, em geral, muito pequenos, por isso neles são feitas roças todos os anos. Na fase atual das unidades camponesas do Vale, essas terras estão menos férteis, “se cansou ou se zangou”, como dizem os camponeses, daí a incerteza cada vez mais constante da produção. A título de exemplificação, uma das propriedades estudadas tinha uma área de 26 hectares, sendo que somente um hectare se constituía em **tabuleiro**.

¹² Entre as três comunidades onde se fez a coleta de dados, somente a comunidade Banco Setúbal possui terras de vazante, pois o Córrego da Velha, nome da comunidade e também do rio que a corta, secou há muitos anos, e em Lagoa dos Patos não há nenhum rio ou córrego. Nestas duas últimas comunidades, as hortas são mais raras, pois convivem todos os anos com a falta de água. No Córrego das Velhas, as raras hortas são feitas nos terreiros ou próximas às represas. Em Lagoa dos Patos, elas são feitas próximo à lagoa.

sofri demais menina, já sofri, barriguda no mato, nos dias de ganhar menino no mato lá por essas terra de Burisá, nós fazia roça era lá, nós fazia roça mais prá lá, esse terreno nosso aqui, não. Aí nós fazia roça prá lá, eu prá lá, trabalhano prá lá. Mas que jeito.” (Camponesa de Lagoa dos Patos).

A redução do trabalho das mulheres — mães — nesse espaço de produção só ocorria quando aumentava o número de força de trabalho do grupo doméstico, o que possibilitava a sua dedicação quase que exclusiva aos afazeres da casa.

As atividades das quais as mulheres participavam em menor proporção era roçar e fazer cercas, mas não era raro encontrar mulheres que desempenhavam também essas atividades na hora da **precisão**. Essa plasticidade da divisão sexual do trabalho também foi observada por Silva em seu estudo entre os camponeses do Alto Jequitinhonha. Segundo a autora, não há ali uma divisão sexual rígida, do tipo mulher-casa, homem-roçado; “(...) ao contrário, as mulheres, além de desempenharem todas as tarefas domésticas relativas à criação dos filhos, preparo de alimentação, limpeza, cuidam de animais e quintais, caso os possuam, e trabalham na terra” (Silva, 1996, p. 9).

Embora estejam presentes em quase todas as etapas do processo de trabalho no espaço da produção, tanto na **chapada** quanto no **tabuleiro**, e em certas situações participem plenamente de todas as atividades, o trabalho das mulheres e das crianças era sempre considerado **ajuda**, um não-trabalho, pois estaria num espaço deslocado, fora do seu lugar de domínio (Heredia et al., 1987; Sigaud, 1979). O pai, por sua vez, é a “força plena” da família, mesmo que, em determinados momentos do ciclo evolutivo do grupo doméstico, os filhos tenham mais vigor físico que ele. “Ele é pleno porque a ideologia camponesa o define como aquele que ‘re-une’ todas as condições para participar de todo o processo de trabalho”¹³ (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 39). É o pai quem dá direção e detém o controle do processo de trabalho.¹⁴

Na prática, as mulheres das comunidades estudadas no Médio Jequitinhonha estavam presentes tanto nos espaços da produção quanto nos espaços da reprodução. Na esfera das representações, contudo, esses espaços eram concebidos como masculinos ou femininos, pois eles são construídos pela família que absorve e define os papéis, os reconhecimentos e os limites. O depoimento de uma das informantes dessa pesquisa é ilustrativo dessa dinâmica entre as representações e as condições concretas de existência de cada unidade camponesa, que determinavam a prática cotidiana, e a divisão sexual do trabalho, “Prá mim, mulher tem que ser o [serviço] de casa, eu acho. Pela razão é. Agora já que não tem jeito, tem que ser os dois [roça e casa]” (Camponesa de Lagoa dos Patos).

Nas etapas do processo de trabalho, percebe-se a construção de hierarquia e de papéis culturais de gênero. Na produção, as mulheres não estão em seu espaço legítimo, por isso certas atividades, como “dar covas”, pertencem ao domínio masculino. Essa etapa do plantio da roça apresentava-se como uma atividade que exigia uma técnica especializada, é “mais difícil”; por isso são os homens que a realizam com maior precisão, “(...) porque dar as cova é mais difícil, né? Precisa saber o compasso, que o homem tem mais base” (Camponesa do Banco Setúbal). Essa não era, contudo, uma atividade exclusivamente masculina, apesar de ser do seu domínio. Mulheres também abriam covas, mas somente na total ausência de homens na unidade doméstica para realizar tal função.

¹³ O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico é analisado por Meyer Fortes. Segundo ele, um sistema social tem uma vida, e se mantém, apenas quando seus elementos e componentes forem mantidos e substituídos; “(...) e o processo de substituição é o ponto crucial, pois o tempo de vida do organismo humano é limitado”. Esses processos têm determinações biológicas, mas “(...) do ponto de vista antropológico, o importante é que o crescimento e desenvolvimento físicos do indivíduo estão incorporados no sistema social, através da educação na cultura de sua sociedade e a sucessão de gerações, através de sua incorporação na estrutura social” (Fortes, s. d., p. 3).

¹⁴ A divisão sexual do trabalho na unidade camponesa e sua plasticidade será discutida no decorrer deste estudo. Ela se constrói e se reconstrói de acordo com as necessidades do grupo doméstico e de acordo com a presença ou ausência de membros do grupo, principalmente do pai. A dinâmica social nas comunidades estudadas impõe uma freqüente redefinição dos papéis a serem cumpridos.

Além da combinação dos espaços da propriedade camponesa, onde se desenvolvia a agricultura de subsistência, outras estratégias, a ela complementares, fundadas nas formas de cooperação do grupo doméstico, eram desempenhadas para a reprodução de toda a família. A unidade familiar era praticamente auto-suficiente: limitava-se a comprar somente artigos de primeira necessidade que não eram produzidos na propriedade: “(...) nós mesmo, quando era moça dentro de casa do meu pai, nós só comprava sal e querosene” (Camponesa do Córrego da Velha).

As mulheres desenvolviam, no âmbito da **casa** — auxiliadas pelos filhos —, além das atividades tradicionais, como o cuidado com as crianças, a preparação dos alimentos, a limpeza, o cuidado com roupas e o abastecimento de água¹⁵, outras atividades essenciais para a reprodução camponesa, das quais destacam-se a secular indústria têxtil doméstica e a produção de alguns artigos para o consumo da casa. O sabão era um desses artigos. Para fabricação deste, utilizavam-se plantas da chapada e elementos encontrados dentro da própria unidade doméstica, que substituíam, até mesmo, o potássio e a soda. As casas de “enchimento” também eram construídas pelos próprios camponeses; sua conservação cabia também às mulheres, que, freqüentemente, tinham que passar novo barro nas paredes e no chão para evitar rachaduras e mantê-las limpas.

As tarefas cumpridas por homens e mulheres nos espaços de trabalho, contudo, passaram a ser redefinidas a partir de uma nova dinâmica social vivida pelo grupo doméstico e das novas estratégias de reprodução social adotadas.

Novas estratégias — período de redefinições

Conforme dito, a partir da década de 70, com as transformações ocorridas no Vale, os homens passaram a migrar sazonalmente para o corte da cana no interior de São Paulo, como parte das estratégias de reprodução social adotada pelo grupo doméstico camponês. Partem, em geral, no final do mês de abril, retornando somente em novembro.

O processo de migração sazonal possibilita aos homens e às mulheres do Jequitinhonha a convivência com duas realidades culturais: o lugar de origem, ou somente **lugar**, e o **trecho**. Essa oposição **lugar/trecho** tende a ser representada como o universo marcado pela distinção **casa** e **rua** analisado por Roberto DaMatta (1997). A **casa**, o “lugar de origem”, ou apenas “lugar”, é o espaço da família, do conforto, da segurança, da tranquilidade, da harmonia, da confiança, do descanso, “da gente”. É um espaço marcado e controlado pelas relações pessoais e pelas redes de parentesco e ajuda mútua, onde todos se conhecem e se cuidam. É também o espaço onde se tem autonomia do seu próprio tempo e de seu próprio trabalho. Por oposição ao **lugar**, o **trecho**, universo da rua, é o espaço do trabalho, onde se adquirem os recursos monetários necessários para a sobrevivência da família, mas é, também, o espaço das incertezas, da insegurança. O **trecho**, assim como a **rua**, indica, basicamente, o mundo com seus imprevistos. É o espaço da individuação, das relações impessoais e do conflito, do trabalho e do tempo fundado na racionalidade da ordem econômica, diferentemente da ordem moral do **lugar**.

A migração sazonal dos homens é resultado de um processo de negociação na família, organizada em estratégias, sustentada por conexões tradicionais, laços e redes de solidariedade e reciprocidade, construídas e reconstruídas na família, na comunidade e no **trecho**. São elas que determinam a ação dos indivíduos, pois estes nunca agem sozinhos. A mobilidade dos homens reforça o papel das mulheres de mantenedoras da

¹⁵ O abastecimento de água sempre foi uma tarefa cansativa e contribui, decisivamente, para aumentar a fadiga muscular das mulheres que procedem a limpeza da casa, a preparação de comida, a higiene das crianças, etc. Algumas das informantes andavam cerca de 50 minutos com baldes de água na cabeça para abastecer a casa ou para lavar roupas nas beiras dos rios ou dos córregos. Essa distância era aumentada para até uma hora e meia de caminhada nos períodos de prolongadas estiagens, quando os córregos e as represas secavam.

identidade camponesa à medida que elas se tornam o principal elo de ligação entre a família e a terra patrimônio. São as mulheres, efetivamente, que passam a realizar todas as tarefas da esfera da produção e do consumo, auxiliadas pelos filhos menores não migrantes. São elas também que realizam todas as atividades comunitárias, associativas e culturais.

Essa dinâmica só é possível porque há uma renegociação, ainda que provisória, de papéis e uma redefinição de espaços de trabalho na prática, embora permaneçam nas representações. Isso não significa, contudo, um rompimento total com a estrutura de poder predominante na família patriarcal e característica das relações de gênero, pois, segundo Scott (1990), gênero é o primeiro campo — mas não o único — no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Há, de certa forma, uma fluidez nas relações de poder, uma vez que as mulheres passam a ter maiores iniciativas e tomadas de decisões mesmo que sejam predominantemente relacionadas à sua esfera de domínio. Da mesma forma, não se redefine a figura do pai provedor, pois os homens nunca estão completamente ausentes, mesmo quando estão no **trecho**. A autoridade, o poder e a honra paterna continuam sempre representados por meio de cartas, símbolos e da idéia de pai.

A renegociação nos espaços de trabalho e as tarefas tradicionais do grupo doméstico

A participação das mulheres na produção da subsistência do grupo doméstico sempre se deu de forma decisiva nas unidades camponesas estudadas. Face à dinâmica social que experimentam, hoje essa participação se reveste de um novo sentido. A atuação das mulheres adquire maior relevo nos espaços da produção/reprodução e na conservação dos vínculos com a terra. Durante o período de maior trabalho no ciclo agrícola, os homens estão, quase sempre, no **trecho**, principalmente quando são contratados para trabalhar durante toda a safra que coincide com o período agrícola, de abril a dezembro. Além das atividades tradicionais da **casa**, o cuidado com os filhos, o abastecimento de água, etc., as roças de **mantimentos** nos **tabuleiros** e de milho na **chapada**, que garantem parte da reprodução social do grupo, também passam a ser responsabilidade das mulheres, auxiliadas pelos filhos menores, ou por outra mulher membro da família que adere ao grupo doméstico.

As roças começam a ser preparadas, dependendo do seu tamanho, no final de julho, pois só plantam uma vez ao ano, no período das águas. São roças já constituídas no **tabuleiro** ou na **chapada**; por isso, o processo de trabalho começa com a destoca, a limpeza e a queimada do cisco, daí em diante é só esperar a primeira chuva para **dar as covas** e plantar, mas “(...) tem vez dá uma chuvada e pára de chover, talvez a gente perde a primeira planta, aí torna plantar de novo, quando vem a outra chuva” (Camponesa do Banco Setúbal). A etapa seguinte do processo de trabalho na roça é carpir até o dia da colheita, que varia de acordo com cada produto. Com a incerteza da produção, a pequena proporção das terras e sua baixa fertilidade, hoje, plantam, basicamente, o milho, o feijão e amendoins. Quando plantados em outubro, o amendoim é colhido em janeiro, e o milho e o feijão, no mês de março.

Durante o processo de preparar a terra e plantar, as mulheres estão sozinhas com os filhos menores, por isso, dependendo do tamanho da roça, elas acionam na comunidade ou no grupo de parentesco as formas tradicionais de troca, fundadas no princípio de ajuda mútua. A **troca-de-dias** e o **camarada-pago** são as formas de trocas predominantemente utilizadas. A **troca-de-dias** é feita com a vizinha, a amiga, a comadre, com a prima, a irmã ou a cunhada cujos maridos também estão no **trecho**.¹⁶

¹⁶ A **troca-de-dias** e o **camarada-pago** são sistemas de trabalho baseados na reciprocidade acionados na comunidade. No primeiro, troca-se trabalho quantificado na unidade de tempo, independentemente de quais sejam as tarefas cumpridas. No segundo, o pagamento pode ser feito em dinheiro ou em espécie, mas não se caracteriza pelas relações capitalistas de venda da força de trabalho. Para um estudo mais detalhado desses dois sistemas, consultar Maia (2000).

A utilização do sistema **camarada-pago** é garantida pelo dinheiro que os maridos enviam da usina, às vezes especialmente recomendado para essa finalidade. Na ocasião da pesquisa de campo, o dia de serviço do camarada estava em torno de R\$ 5,00 com a **despesa**¹⁷ do contratante ou R\$ 7,00 com a **despesa** do camarada. As mulheres queixavam-se da dificuldade em encontrar camarada no **lugar**, devido à escassez de homens nesse período e pelo preço oferecido. O dinheiro é enviado de acordo com as necessidades de consumo do grupo doméstico, e não precisamente a cada mês, podendo variar de acordo com a produção no corte da cana-de-açúcar.¹⁸ O camarada é contratado somente para ajudar a preparar a roça ou para dar as covas.

Como os homens chegam das usinas comumente em novembro ou dezembro, eles só participam do processo agrícola na colheita e, às vezes, na etapa de carpir.

“No ano passado, ele chegou em dezembro, né? Ele chegou em dezembro, quando ele chegou, nós já tinha carpido tudo, né? Foi eu, a Tereza, minha cunhada, e a Rita. Que a Rita trabalha em conjunto com nós, né? Nós ajuda ela e ela ajuda nós, né? O marido de Rita também vai, aí nós troca os dias”. (Camponesa do Banco Setúbal).

Se antes de migrarem, os homens ocupavam por excelência o espaço da roça, **ajudados** pelas mulheres e pelos filhos, como um trabalho complementar, hoje, em função da dinâmica social, quase sempre expressa nas necessidades de dinheiro “para as outras coisas”, parece que a situação é, de certa forma, invertida. São os homens que passam, de certa maneira, a “ajudar” as mulheres no trabalho da roça quando chegam do **trecho**, como se observa no diálogo de um casal do Banco Setúbal:

“[Ele:] No ano passado, quase todo ano eu chegava que dá prá **ajudar pelo menos carpi**, mas no ano passado cheguei já tava... Cheguei dia 12 de dezembro, já tinha plantado tudo, ela plantou em outubro”.

“[Ela:] Só ajuda a colher”¹⁹.

A primazia do trabalho das mulheres na roça é acionado em função da negociação, provisória, de tarefas no contexto das relações internas da família. Essa prática, contudo, não subverte o sistema de representações de hierarquia, de espaços e de gênero dominante.

O processo de saída dos homens resulta em uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, na medida em que elas passam a cumprir, efetivamente, uma dupla jornada de trabalho, agora sozinhas, ao realizarem todas as atividades do espaço da produção e, ao mesmo tempo, as atividades do espaço do consumo da casa, como se vê nos depoimentos:

“Agora mesmo, eu tou **sozinha**, corro prum canto, é eu, quando ele tá aí, eu não vou no mato, não; ele que vai olhar as criação, animal, ele que vai, eu fico dentro de casa, mexendo com horta. Ele não tá, é eu que vou, não tem ninguém, só eu mais ele mesmo, ele saiu” (Camponesa de Lagoa dos Patos).

Entre os sitiantes nordestinos estudados por Woortmann E. e Woortmann K. (1997), as mulheres não podem nem devem “tocar a roça” sozinhas, mesmo que sejam viúvas. Em casos como esse, elas devem recorrer a algum homem, membro de sua parentela para governar o processo de trabalho. “Uma mulher que assume as atividades do homem afronta os valores hierárquicos do grupo como um todo” (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 45). Esse não é o caso dos camponeses estudados nesta pesquisa. Se a divisão sexual das tarefas e dos espaços de domínio na prática nunca foi tão rígida entre eles, com o processo de migração

¹⁷ **Despesa** aqui diz respeito ao almoço e ao lanche.

¹⁸ Dentre as informantes desta pesquisa, havia situações em que o marido ficava de três até quatro meses sem enviar dinheiro. Algumas outras argumentavam que o dinheiro enviado não dava para nada, pois, quando o marido saía, já deixava contas a pagar no armazém da cidade.

¹⁹ Embora utilizem a palavra “ajuda”, ela aqui não tem a mesma conotação quando é utilizada para caracterizar o trabalho das mulheres na roça.

dos homens, ela ficou ainda mais flexível.²⁰ Além disso, as mulheres não podem recorrer a nenhum outro membro masculino da parentela porque, em geral, eles também migram, cabendo a elas realizarem o processo de trabalho na roça.

A hierarquia familiar nunca está ameaçada com a saída do pai provedor e com a “transgressão” de espaço de domínio pela esposa, porque esse movimento é fruto de um processo de negociação que possibilita a combinação de estratégias para garantir a reprodução social da família. Além disso, a **ausência** do homem, pai provedor, nunca se apresenta de forma absoluta. A autoridade, a hierarquia e o governo do pai continuam ali representados, e por meio dessas representações se dá a sua presença. É o pai o responsável pela honra da família, mesmo na sua ausência, e pelos principais recursos que provêm a família, por isso as bases econômicas da autoridade paterna não são abaladas.

Mesmo à distância, o poder de decisões, quase sempre atribuído ao pai provedor, continua sendo dos homens. Decisões do tipo que envolvem a honra da família, a propriedade, o investimento em dinheiro permanecem atributos do marido. Se elas têm que ser tomadas no momento em que os maridos estão no **trecho**, as mulheres escrevem ou esperam que eles telefonem para decidirem com a aprovação deles: “(...) a mulherada aqui fica é assim, passa saber se o marido vai querer aquilo se, as vez que vai fazer qualquer coisa assim, que vai acontecer, aí escreve” (Camponesa de Lagoa dos Patos). Antes da saída do marido, existe também uma combinação prévia com relação ao que deve ser feito, o que pode ser vendido, o que e onde pode ser comprado. Contudo as saídas constantes dos maridos ampliam, de certa forma, a esfera de decisões das mulheres. Além das relacionadas com a casa, algumas iniciativas são tomadas na esfera pública, como, por exemplo, participar de reuniões de sindicato e associações, seminários — alguns dos quais na cidade —, engajar-se em grupos, além da relativa autonomia com relação à roça, “(...) o que eu vejo que tá na minha condição, eu decido; agora, se chegar algum ponto que eu preciso de tomar opinião com ele pelo telefone, eu falava com ele, que ele ligava perguntando prá mim, ou escrevia, né” (Camponesa do Banco Setúbal).

No espaço da roça, as mulheres assumem, provisoriamente, as obrigações do marido em seu nome.²¹ Os papéis e os espaços não são, de forma alguma, fixos, nem decompostos pela delimitação pura e simples dos sexos, pelo contrário, eles são constantemente reconstruídos em função das condições concretas de vida da família, mas sem romper com as representações tradicionais de gênero. É por isso que, quando os maridos retornam do **trecho**, a estrutura anterior é reconstruída, podendo os papéis retornarem a seus lugares: “Durante ele não tava aqui, eu tava trabalhando. Aí ele chegou, né, daquela vez, este ano não teve, aí ele chegou, eu fiquei dentro de casa e ele foi trabalhar” (Camponesa do Banco Setúbal referindo-se à frente de trabalho).

Os maridos reassumem a direção do processo de trabalho e as atividades próprias do seu espaço de domínio, pois, como afirma Tedesco (1999, p. 89), “(...) o deslocamento e a mobilidade espacial e física são possibilitados pelas relações de poder hierarquizadas entre os sexos na sociedade onde o grupo doméstico tem uma importância fundamental, como é o caso do meio rural”. Do ponto de vista ideológico, o modelo anterior permanece.

A retomada das tarefas masculinas também não é de forma definitiva e rígida, pois, se **precisar**, as mulheres continuam realizando as tarefas tradicionalmente do marido, mesmo na sua presença. Há casos em que as mulheres passaram a assumir definitivamente atividades antes exclusivamente masculinas, tanto na ausência quanto na presença do marido, como o negócio, por exemplo: “Quem vende mais é eu. De primeiro, era Zé que ia, né. Agora que vai mais é eu”, “Ela não ia na feira, não. É José que ia. Depois ele foi para o corte de cana, Maria Emília virou fereira” (Camponesas de Lagoa dos Patos).

²⁰ Também no assalariamento, quando toda a família migra e homens e mulheres trabalham na casa, existe uma redefinição de atividades, inclusive em relação às crianças.

²¹ Dentro da unidade camponesa, as representações dos espaços permanecem com a ausência dos homens, mesmo a roça sendo, na prática, o espaço de trabalho da mulher. Contudo a noção de espaço também é ampliada, com a migração dos homens, para além dos limites da unidade doméstica e da comunidade. Assim, em determinados contextos, o espaço da produção/público pode ser representado pelo **trecho**, e o espaço da reprodução/privado, pelo **lugar**.

Se as mudanças na divisão de tarefas ocorrem no espaço da produção, elas também ocorrem no espaço doméstico da casa. Os homens também passaram a realizar tarefas no âmbito da casa, tradicionalmente femininas: “(...) cê chega, aí o homem tá limpando casa, varrendo terreiro, limpando frango. Eu tenho um irmão aqui mesmo que faz tudo, pega água, faz comida, faz tudo” (Camponesa de Lagoa dos Patos). Tendo a mesma orientação das mulheres, se **precisar**, os homens realizam tarefas, como cozinhar, buscar água, cuidar das crianças, varrer casa e terreiro, antes tipicamente femininas. A categoria **precisão** informa a realização de tarefas domésticas pelo homem, assim como a experiência vivida no **trecho**. Nos alojamentos das usinas, os homens são obrigados a realizar tarefas domésticas que passam a fazer parte do seu cotidiano como forma de economizar dinheiro, principalmente aqueles que têm famílias maiores. Ao retornarem, passam a **ajudar** a esposa na casa, uma vez que tais tarefas deixam de ser culturalmente próprias de mulheres, estabelecendo aí uma relação de troca e cooperação baseada na reciprocidade interna da família, para além das já obrigatórias dentro do grupo doméstico.²²

“Eu sei o que preciso fazer, e ela também sabe. Se eu vê que é **preciso** fazer comida eu vou fazer, mas ela também tá vendo se eu não tou podendo fazer um serviço, como diz, que é minha obrigação, ela viu que **precisou**, não precisa nem mandar também, não, ela já vai e faz. Uma coisa é a plantação, a plantação é mais pro homem da roça, mas ela não precisa, eu vou embora pra osina, num precisa eu falar com ela que vai plantar e o que não vai plantar, ela já sabe o que planta, num espera eu falar.” (Camponês do Banco Setúbal).

No depoimento acima, percebe-se que, idealmente, a representação dos espaços feminino e masculino permanece. Contudo as atividades nesses espaços podem ser cumpridas por um ou por outro. O que vai determinar o comportamento de homens e mulheres no espaço da casa ou da roça é a dinâmica social vivida pelo grupo doméstico, expressa principalmente na migração dos homens e na categoria **precisão**. Esses espaços são suficientemente flexíveis para absorver as modificações necessárias. Na prática, a divisão das tarefas nesses espaços é constantemente construída e reconstruída de acordo com as necessidades do grupo, baseada na reciprocidade interna do grupo doméstico, e, por isso, sem necessariamente romper com a hierarquia familiar e com a concepção quanto ao papel de cada sexo nos moldes tradicionais. Fiúza (1997) também observou, nas comunidades estudadas por ela na Zona da Mata Mineira, que a participação dos homens em atividades domésticas, tradicionalmente femininas, em função da maior participação das mulheres em atividades fora de casa — relacionadas principalmente à igreja — não significou mudanças nas concepções das relações de gênero, mas somente no que diz respeito à divisão de tarefas, embora as mulheres consigam redesenhar seu espaço social e assumir novas posições e papéis.²³

As necessidades e o destino que se impõem ao grupo — principalmente por terem que migrar, visto como a única estratégia possível de adquirir recursos financeiros para reprodução social familiar — também influenciam na educação dos filhos. As mães passam a ensinar filhos e filhas a realizarem todas as tarefas sem muita rigidez na divisão sexual das mesmas: “Nossa, meu menino é igual um... só não tem força e tamanho. Ele cuida de uma criação, se for pra cuidar da casa ele cuida também, que é igual uma menina mulher mesmo. Ele ajuda, que eu ensinei” (Camponesa do Banco Setúbal). Meninos e meninas são socializados para exercerem papéis de guardadores do lar e provedores da família respectivamente (Suárez; Libardoni, 1992), mas, acima de tudo, são preparados para enfrentar a vida “lá fora”, por meio da migração definitiva — principalmente das

²² Algumas informantes argumentaram que o marido sempre ajudou de alguma forma nos serviços domésticos, como no abastecimento de água, em geral quando os filhos eram menores; isso se dá pelo fato de que a divisão sexual das atividades nunca foram tão rígidas no Vale.

²³ Ligia Sigaud também demonstra que, entre os trabalhadores da cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana, o fato de as mulheres serem responsáveis por uma parcela considerável dos trabalhos no roçado, pois os homens se dedicam mais integralmente ao trabalho no corte de cana-de-açúcar, não significou a perda do homem do seu papel de organizador da produção no **roçado**, nem conferiu ao trabalho da mulher uma conotação diferente de **ajuda** (Sigaud, 1979, p. 77).

filhas — ou da migração sazonal dos filhos, o mundo do **trecho**. O critério de distribuição de tarefas entre os filhos é, preferencialmente, o de idade, e não o de sexo.

Assim como a divisão de atividades nos espaços de trabalho é reconstruída, a concepção de trabalho também o é. Quando se discutia, no item anterior deste estudo, a organização do trabalho antes da fase atual da unidade camponesa, percebeu-se que um dos critérios ideais de divisão do trabalho entre homens e mulheres era a representação de “trabalho pesado” e “trabalho maneiro”. Essa representação distinguia as atividades realizadas na roça das realizadas na casa. **Pesado e maneiro** permanecem sendo a forma como as mulheres representam o trabalho dos homens e o seu próprio trabalho. Contudo o trabalho que antes era realizado por homens no espaço da roça e tido como **pesado**, ao ser realizado por mulheres, passou a ser considerado **maneiro**. Isto porque as representações de trabalho **pesado e maneiro** passaram a ser construídas a partir da oposição **lugar/trecho** e da noção de tempo.

O trabalho realizado pela esposa no **lugar** é compensado por não estar “fora da família”, pela autonomia do próprio tempo, pelo descanso, pela tranqüilidade e pela segurança, características próprias do ambiente da **casa**, ou seja, do **lugar**: “(...) lá é bem mais pesado, aqui é tranqüilo demais, a gente passa falta das coisa, mais é tranqüilo, não corre nenhum risco de vida” (Camponesa do Córrego da Velha). No **lugar**, o trabalho pode ser realizado com o auxílio da parentela e da vizinhança, orientado pelos princípios da reciprocidade e da ajuda mútua. É realizado dentro de uma ordem moral.

Por oposição ao trabalho das mulheres realizado no **lugar**, o trabalho dos homens no **trecho** — no corte de cana, nas usinas paulistas — é individualizado e solitário, realizado entre pessoas estranhas e em um espaço desconhecido, como observa Leila Amaral:

“Provenientes de um espaço social fortemente marcado por uma lógica relacional, onde a família desempenha um papel crítico na construção da identidade social, o universo de trabalho nas usinas paulistas será visto como um lugar em que ‘ninguém conhece ninguém’ ou ‘ninguém é de ninguém’” (Amaral, 1988, p. 301).

No **trecho**, os homens estão submetidos à rigidez dos horários e da administração burocrática moderna contemporânea, em oposição à reciprocidade e à ajuda mútua da comunidade camponesa. No trabalho da usina, os homens não têm controle e autonomia sobre o próprio tempo, e, por isso, esse trabalho tende a ser representado pelas mulheres — a partir do que ouvem — como sendo mais **pesado** e mais difícil:

“(...) é mais sofrido, pelo que eles conta, né; e eu acredito que é verdade, que lá eles sofre muito, que aqui a gente descansa, trabalha e descansa, porque trabalha, amanhã, se ocê não querer, fica dentro de casa. E lá não, lá não pode perder um dia, e aqui é mais fácil prá mulher. O serviço é mais leve” (Camponesa do Córrego da Velha).

O tempo de trabalho no **lugar** não tem um valor monetário e não é controlado pelas regras do mercado, mas obedece a uma organização regida pela lógica do “tempo necessário”, é flexível e realizado de acordo com a **precisão**. O tempo de trabalho no **trecho**, ao contrário, é o tempo da produção, fundado na racionalidade moderna, que tem como meta maior eficácia e rendimento produtivo: “Se corta pouco vai tirar pouco, e ninguém quer ganhar pouco, aí tem que esforçar muito prá ter um bom resultado no dia da metragem, que é por metro lá, de cortar cana. Eu sei que não é fácil, a história desse povo cortador de cana não é fácil” (Camponesa de Lagoa dos Patos). O trabalho apresenta-se como uma atividade alheia e forçada em oposição ao trabalho na roça, espaço do seu próprio cultivo no “lugar de origem”, e por isso é mais **pesado**, mais **difícil e duro**, retrata a “dureza da vida” lá fora.

No **trecho**, os homens também têm o trabalho aumentado à medida que são obrigados a preparar a própria comida, lavar as próprias roupas e manter o asseio do alojamento, ou seja, além do trabalho na produção, realizam tarefas tipicamente domésticas. Embora essas tarefas sejam realizadas por meio de conexões de parentesco e solidariedade, são também um dos critérios que classificam o trabalho como **pesado**, em oposição ao trabalho das mulheres que ficam no **lugar**, na unidade doméstica, que é considerado mais **maneiro**, mais **leve**.

Embora as mulheres passem a cumprir uma dupla jornada de trabalho, realizando todas as tarefas da casa e da roça, inclusive aquelas antes exclusivamente masculinas e tidas como mais **pesadas**, como **dar cova**, fazer cerca, e até mesmo roçar — se **precisar** —, seu trabalho permanece representado como **leve** ou **maneiro**. Essa forma de representar o trabalho alimenta-se nas desigualdades presentes nas relações de gênero, que tendem a valorizar as atividades masculinas em detrimento das atividades femininas, fortemente transmitidas e reforçadas pela cultura. Como afirma Paulilo (1987), o trabalho não é valorado em função de suas características próprias, mas conforme a posição (desigual) que homens e mulheres ocupam na hierarquia familiar.

O trabalho realizado na casa e o trabalho realizado na roça também são representados de forma diferenciada pelas mulheres. O trabalho, ou serviço da casa, é rotineiro, repetido, efêmero e não se vêem os resultados porque ele é feito e desfeito constantemente, mas é parte das obrigações — de acordo com a reciprocidade do grupo doméstico. No trabalho da roça, pelo contrário, os resultados são evidentes, porque não é desfeito, daí a satisfação em realizá-lo. Por isso as mulheres têm preferência pelo trabalho na roça, mesmo que este não seja próprio do seu espaço de domínio ou de suas obrigações,

“Gosto do serviço de roça bastante, eu gosto mesmo (...) Não com o sol quente. Com o sol quente, eu não gosto, não, e com chuva também eu não gosto, não. Mas, de toda forma, eu trabalho, sol, chuva, que se for escolher o dia não trabalha. E eu gosto de todo serviço; agora de casa, eu faço, gosto, porque é meu dever, né, mas num é porque gosto muuuuito não. É muita rotina, todo dia (...). Na roça, o que eu faço fica feito. Em casa, não. Cê faz o almoço, cê tem que fazer janta, cê lava o prato cedo, tem que lavar de tarde. Cê varre a casa, tem que varrer outra vez, passa pano, tem que passar outra vez, né? Muitas vez vem o vento, suja, cê tem que limpar duas vez no dia, né? Então é muita rotina, eu acho” (Camponesa de Lagoa dos Patos).

Além do trabalho dobrado — casa e roça —, as atividades comunitárias e associativas também são exercidas quase exclusivamente pelas mulheres, pois, em certas comunidades, durante o período da migração, são raros os homens que ali permanecem ou que estão disponíveis para exercer tais funções, como disse um dos informantes: “(...) quem enxerga não fica aqui”. Além da preservação da identidade camponesa através do vínculo com a terra patrimônio, as mulheres tornaram-se ainda mais responsáveis pela vida da comunidade e pela manutenção das relações sociais fundadas em conexões de parentesco e vizinhança, atividades da esfera pública tradicionalmente masculina. A rotina das mulheres, principalmente no período agrícola, é muito mais intensa, tendo que conciliar casa-roça-comunidade.

Percebe-se, portanto, que as idas e vindas dos homens do Jequitinhonha reestruturaram tempo, espaço, trabalho e vivência das famílias camponesas estudadas. Foram os rearranjos na divisão espacial e sexual das tarefas que possibilitaram a reprodução social e a preservação dos valores e da ordem moral camponesa nessas comunidades.

Considerações finais

As necessidades de sobrevivência da unidade familiar orientaram as novas estratégias de reprodução dos camponeses, o que significou uma rearticulação das relações de gênero e, conseqüentemente, mudanças nas relações de poder na família, que passou a adquirir aspectos associacionais, tornando-se mais democrática, sem, contudo, romper com as representações ideológicas de gênero.

No período que antecedeu a intensificação da migração sazonal masculina, a reprodução social dos camponeses estava centrada, principalmente, na organização do trabalho familiar e nos espaços de trabalho culturalmente construídos: o **tabuleiro**, a **chapada**, a **vazante** e o **terreiro**. Esses espaços eram representados como sendo de domínio masculino ou feminino. Contudo eles não obedeciam a uma divisão sexual rígida, pois as mulheres realizavam quase todas as atividades do processo de trabalho tanto no **tabuleiro** e na **chapada**, considerados espaços masculinos, quanto na **vazante**, espaço misto, no **terreiro** e na casa, considerados

espaços femininos. A **precisão** era o principal critério de orientação e organização do trabalho realizado pelas mulheres. Na prática, as mulheres estavam presentes tanto nos espaços da produção quanto nos espaços da reprodução. Na esfera das representações, contudo, esses espaços eram concebidos como masculinos ou femininos, pois eles são construídos pela família, que absorve os papéis, os reconhecimentos e os limites.

A partir da década de 70, com a adoção da migração sazonal dos homens como estratégia complementar de reprodução social, que ocorre entre os meses de abril e dezembro, período de maior trabalho agrícola na propriedade, as mulheres passaram a realizar todas as atividades do ciclo agrícola, além das já tradicionais do espaço doméstico, as atividades relacionadas à igreja e as de auxílio à comunidade. Em sentido contrário, os homens também passaram a realizar algumas atividades na esfera doméstica, tradicionalmente feminina, orientados pelo critério de **precisão** e a partir das experiências vividas no processo migratório. Isso não significou, contudo, um rompimento total com o sistema de representações, de espaços, de trabalho, de autoridade e de gênero, dominante. As constantes saídas dos homens também ampliaram a esfera de decisões das mulheres, que passaram a tomar mais iniciativas na esfera pública, tradicionalmente considerada masculina. Essa maior flexibilidade nas relações de poder na família não ameaça, contudo, a sua hierarquia, pois a ausência dos homens não se dá de forma absoluta, e, quando os homens retornam, o modelo anterior, quase sempre, é reconstruído.

As novas estratégias adotadas pelos camponeses estudados forjaram a recriação de suas relações para que sua ordem moral permanecesse. Engendraram rearranjos nas relações de gênero, através da redistribuição de tarefas e de espaços de trabalho, sem romper definitivamente com as representações de gênero que marcam as posições hierarquizadas dos sexos.

Referências

- AMARAL, L. **Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1988. 530p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia).
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350p.
- DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEIBORN, M. L. (Dir.). **Perspectivas antropológicas da mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 13-42.
- EIGENHEER, S. C. F. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do Alto Jequitinhonha. In: BRUSCHINI, M. C., ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 135-162.
- FIÚZA, A. L. C. **Verde-rosa/natureza-mulher: um estudo de caso comparativo das relações de gênero em contextos tecnológicos distintos na Zona da Mata mineira**. Viçosa: UFV, 1997. 119f. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural).
- FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: UnB, (s. d.). (Caderno de Antropologia; 6).
- GALIZONI, F. M., RIBEIRO, E. M. Recursos naturais, trabalho e migração: a herança da terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, 1999, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1999.
- HEREDIA, M. et al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1987. p. 28-56.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho: gênero, migrações e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2000. 182p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).

MOURA, M. M. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Corpo e Alma do Brasil).

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. 1997. (Proposta, 71).

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 27-48, 1989.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260p.

SILVA, M. A. M. **Fiadeiras, tecelãs, oleiras... Resenhando as grotas e veredas**. Araraquara: UNESP, 1996. (Mimeo).

SUÁREZ, M., LIBARDONI, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 1992. 171p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUBE, 1999. 324p.

WOORTMANN, E. O sítio camponês. In: **ANUÁRIO Antropológico** 1981. Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro/ UFC, 1983. p. 164-203.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997. 192p.